

J. Freitas



SOLENIDADE O senador Romeu Tuma (E), na abertura do curso, ao lado dos vice-reitores da UnB, Timothy Mulholland, e da Unilegis, Heitor Gurgulino

Curso prepara servidor para elaborar leis

Durante um ano, 45 servidores do Senado, Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa do DF e Supremo vão fazer o Curso de Especialização em Controle da Constitucionalidade. O curso teve início ontem,

como resultado de parceria entre o Senado (por intermédio da Unilegis), a UnB e o STF. O objetivo é aprimorar o trabalho de elaboração legislativa para evitar processos por inconstitucionalidade.

Página 3

José Jorge: governo enfraquece agências

As agências reguladoras significam eficiência no trato da coisa pública. Enfraquecê-las, como entende que o governo está fazendo, representará atraso de décadas, na opinião de José Jorge.

Página 3

Renan exalta imprensa por denunciar a impunidade

Renan Calheiros destaca o trabalho da imprensa ao denunciar casos de impunidade. Senador lembra o fato de ex-policia militar se entregar à polícia após saber, por meio de programa de TV, que havia mandado de prisão contra ele. Renan defende reparação a vítimas da violência.

Página 2

O ranking da corrupção

A corrupção no serviço público coloca o Brasil entre as nações onde o problema é mais grave. De acordo com a organização não-governamental alemã Transparência Internacional, o país ocupa o 59º lugar entre 146 países avaliados. O Índice de Percepção de Corrupção mede as impressões de empresários e analistas de cada país quanto à corrupção. A nota do Brasil é 3,9, num universo que vai de 0 (mais corrupto) a 10 (menos corrupto). Veja a nota obtida por alguns países:

País	Nota	Posição no ranking
Finlândia	9,7	1º
Nova Zelândia	9,6	2º
Dinamarca	9,5	3º
Chile	7,4	20º
Uruguai	6,2	28º
Brasil	3,9	59º
Colômbia	3,8	60º
México	3,6	64º
Argentina	2,5	108º

Tuma pede rigor contra a lavagem de dinheiro

Romeu Tuma defende mais rigor na punição dos envolvidos na lavagem de dinheiro, lembrando que esse tipo de delito estimula o crime organizado e a corrupção no setor público

Página 3

Genalbo Magela



RECONHECIMENTO Sérgio Zambiasi (E) cumprimenta o rabino Henry Sobel e a presidente da Federação Israelita

HOMENAGEM À IMIGRAÇÃO JUDAICA

O Plenário do Senado comemorou o centenário da imigração judaica no

Rio Grande do Sul, que teve início com a chegada de 38 famílias que

fugiram das tensões políticas e raciais da Rússia imperial.

Página 4



PREJUÍZOS Jefferson lamenta que Brasil não apresente ambiente ideal para os pequenos negócios

Burocracia inibe investimentos, diz Jefferson Péres

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) alertou para os problemas que a "hiperburocratização" tem causado ao país. Na opinião do senador, a burocracia "inferniza a vida dos empreendedores, inibe investimentos e desestimula a criação de oportunidades de trabalho e emprego".

Para reforçar seus argumentos, ele referiu-se a pesquisa divulgada pelo Banco Mundial, segundo a qual o Brasil, em comparação com 145 países, fica à frente apenas do Chade, na África, em relação ao ambiente ideal para a prosperidade de pequenos e médios empreendedores.

Jefferson Péres disse que gostaria de ver o Executivo tomar outras medidas para simplificar a vida dos empreendedores, como as apontadas recentemente em reportagem de *Exame*. A revista, conforme disse, destacou medidas de simplificação tributária para as microempresas, em estudo pelo governo. O senador afirmou, contudo, haver ações que no seu entender contradizem as intenções oficiais do governo, como a estrutura ministerial com 35 pastas.

Renan Calheiros sugere "reparação social" para vítimas da violência

■ Ao lembrar chacina ocorrida há 11 anos, senador propõe programa de qualificação da polícia

Ao informar que na noite dessa segunda-feira (25), no Rio de Janeiro, o ex-policia militar Adriano Maciel de Souza, acusado de participar da chacina de Vigário Geral, entregou-se à polícia alegando que somente tomou conhecimento de que havia um mandado de prisão contra ele ao assistir ao programa *Linha Direta*, da Rede Globo, o senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, falou



ELOGIO Renan destaca papel da imprensa na denúncia de episódios que deixam marcas na população

sobre a importância do trabalho da imprensa ao denunciar a impunidade e reavivar episódios que deixaram marcas profundas na população.

A tragédia ocorreu na noite de 29 de agosto de 1993, quando mais de 30 homens invadiram a favela Vigário Geral, no Rio de Janeiro, para vingar a morte de quatro policiais assassinados por traficantes na véspera. Os invasores não localizaram os bandidos, mas executaram 21 trabalhadores.

Segundo o líder do PMDB, 11 anos depois da chacina, das 71 pessoas denunciadas pelo Ministério Público, apenas seis foram condenadas e, até agora, somente duas delas estão cumprindo pena.

— Temos de pensar num projeto de reforma das polícias, da carreira policial e dos órgãos de segurança. É necessário

controlar os instrumentos de repressão do Estado e garantir a proteção e a reparação moral e de direitos às vítimas da violência — afirmou.

Outras medidas defendidas pelo senador são a atualização dos códigos brasileiros para mudar a forma de investigação, a implantação de juizados de instrução e melhor organização do sistema penitenciário. Renan cobrou a definição de metas de redução da violência, a formação continuada dos policiais e agentes penitenciários em disciplinas que englobem os direitos humanos e a implementação de um plano de valorização e de cargos e salários para a carreira policial.

Agenda

Plenário

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. Entre os oradores inscritos para discursar na tribuna durante a sessão está o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Os trabalhos dos senadores podem ser acompanhados ao vivo pela Rádio, TV e Agência Senado.



Congresso de relações públicas

Hoje, às 20h, no Auditório Petrônio Portella, o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma, preside a abertura do "Congresso Ibero-Americano de Relações Públicas", que terá como convidado o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken. O evento é uma iniciativa da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado e do Conselho Federal de Relações Públicas.

Nova MP

Pode ser instalada hoje, às 14h30, comissão mista para analisar a medida provisória (MP) que trata de gratificações, novas carreiras e reestruturação da remuneração das Forças Armadas e Receita Federal, entre outros (MP 224/04).

Judiciário em debate

A reforma do Judiciário é o tema do programa *Cidadania*, que será exibido hoje pela TV Senado, às 19h30, e terá presença do escritor João Baptista Herkenhoff e do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Reginaldo de Castro.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PLANEJAMENTO Tourinho diz que lei atual não é clara sobre a exigência de equipamentos urbanos básicos

Infra-estrutura em lotes pode se tornar obrigatória

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou projeto de lei que torna explícita e obrigatória a implantação de infra-estrutura básica em todo parcelamento do solo urbano, ou seja, destinação de terreno para ocupação por moradias, com divisão em lotes, dentro das normas de planejamento urbano. O projeto muda a Lei 6.766/79 e está sendo analisado nas Comissões de Serviço de Infra-Estrutura (CI) e de Assuntos Sociais (CAS).

Tourinho explica que a lei não era clara com relação à exigência de infra-estrutura, o que tem ocasionado problemas de saúde pública na periferia das cidades. Por infra-estrutura básica entendem-se equipamentos de escoamento de águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



ABERTURA Entre Eraldo Paiva, Simone Bastos e Nicholas Cop, Agaciel Maia (C) afirma que biblioteca amplia acesso a informações e reduz custos

Seminário discute desafio das bibliotecas na era da Internet

Com o tema “Cenários para a sobrevivência das bibliotecas”, a Biblioteca do Senado Federal promoveu seminário que contou com a participação do diretor da Online Computer Library Center (OCLC) na América Latina e Caribe, Nicholas Cop, que falou sobre os desafios que surgiram após a Internet, tanto para os bibliotecários quanto para os usuários, a descentralização da informação e os novos instrumentos disponíveis.

O evento foi transmitido pelo sistema de videoconferência do Interlegis para assembleias legislativas do país. A abertura foi feita pelo diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, pelo diretor adjunto do Interlegis, Eraldo de Paiva Muniz, pelo professor da Universidade de Brasília (UnB) Murilo Bastos e pela diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira.

Agaciel lembrou que a filia-

ção da Biblioteca do Senado à OCLC é parte do programa de modernização da Casa, conforme determinação do presidente José Sarney, e contribuirá para ampliar o acesso a informações fornecidas pela entidade e para a redução de custos com aquisição de periódicos internacionais, disponíveis na página do Senado. A OCLC integra o acervo de 80 mil bibliotecas em 84 países, tornando acessíveis pela Internet 58 milhões de documentos e 9 milhões de artigos.

Segundo Nicholas Cop, as bibliotecas precisam se adequar para enfrentar a concorrência das ferramentas de busca na Internet, como Google e Yahoo, pois podem fornecer informação mais consistente. Ele revelou que o Google recebe mais consultas em um dia e meio do que todas as bibliotecas americanas em um ano.

Curso prepara servidor para o controle da constitucionalidade

Teve início ontem o Curso de Especialização em Controle de Constitucionalidade, resultado de parceria entre o Senado Federal – por intermédio da Universidade do Legislativo (Unilegis) –, a Universidade de Brasília (UnB) e o Supremo Tribunal Federal (STF). O curso deverá preparar, durante 12 meses, 45 servidores do Senado, da Câmara dos Deputados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do STF que desempenham atividades relacionadas a esse tipo de controle no âmbito do Legislativo.

Na solenidade de abertura da especialização, o vice-reitor da Unilegis, Heitor Gurgulino de Souza, disse ser necessário aprimorar o trabalho de elaboração legislativa para evitar que processos por questionamento de constitucionalidade de lei esbarrem nos tribunais. Somente em 2001, informou ele, com base em dados do

ex-ministro do STF, Maurício Corrêa, chegaram àquela corte 110,7 mil textos em razão de má elaboração legislativa, dos quais 109 mil foram julgados.

Presente ao evento, o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), disse que o curso tem o objetivo de preparar profissionais para o controle interno da constitucionalidade. Com a Constituição de 1988, lembrou ele, o direito de ingressar no STF com ação de inconstitucionalidade foi ampliado e o julgamento dos processos exige rapidez em razão da repercussão que causam.

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, destacou a prioridade da Casa para a área de treinamento.

A aula inaugural foi proferida pelo diretor da Faculdade de Direito da UnB, Marcus Faro de Castro. O vice-reitor da UnB, Timothy Mulholland, esteve presente à abertura do curso.

Tuma pede mais rigor contra lavagem de dinheiro

■ Senador defende aumento de recursos para um melhor aparelhamento da Polícia Federal

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu ontem mais rigor na punição dos envolvidos em crime de lavagem de dinheiro. Segundo Tuma, esse tipo de delito estimula o crime organizado e a corrupção no setor público e, por isso, existe hoje a concordância de governos de todo o mundo de que ele precisa ser combatido. Citando dados do representante no Brasil e Cone Sul do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC), Giovanni Quaglia, Tuma afirmou que o crime organizado movimentava anualmente 2 trilhões de dólares no mundo, dos quais 1,3 trilhão é “lavado” no sistema financeiro internacional.

No Brasil, ainda de acordo com os dados da UNODC, entre 2% e 5% do produto interno bruto (PIB) seriam movimentados em operações ilegais de lavagem de dinheiro. Metade do montante seria fruto de corrupção no setor público. O restante viria do tráfico de drogas e de armas, além do contrabando.

Lula enfraquece agências reguladoras, diz José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) disse ontem, em discurso no Plenário, que as agências reguladoras simbolizam transparência e eficiência no trato da coisa pública e que desautorizá-las, como entende que está fazendo o governo Lula, representará um atraso de décadas no processo de modernização da máquina estatal brasileira.

– Vim denunciar mais um ataque desferido pelo governo a esta Casa e ao espírito republicano aqui representado. No início deste mês foi publicado na surdina o decreto presidencial 5.220/04, autorizando o Ministério das Comunicações a recriar as 11 delegacias regionais extintas no governo passado e a contratar, num primeiro momento, 37 novos técnicos em nível DAS – afirmou.



INVESTIGAÇÃO Proposta de Tuma agiliza apuração de denúncia contra servidor corrupto

Tuma ressaltou que, apesar de o governo ter adotado nos últimos anos medidas de combate à lavagem de dinheiro, na prática elas surtiram pouco efeito. O senador afirmou que é preciso investir mais recursos na Polícia Federal, encarregada no Brasil de combater esse crime.

– Em 2003, a dotação orçamentária do FBI (polícia federal norte-americana) foi superior a US\$ 4,3 bilhões, isto é, o equivalente a cerca de R\$ 13 bilhões. No mesmo período, nossa lei orçamentária destinou à Polícia Federal R\$ 29 milhões – disse.

Segundo o senador, a falta de recursos para combater a lavagem de dinheiro fez crescer, no Brasil, a importância

das comissões parlamentares de inquérito, como as CPIs dos Precatórios (1997), do Narcotráfico (2000) e do Banestado, que está em funcionamento no Congresso Nacional e que investiga a remessa ilegal de dólares do país para o exterior no período de 1996 a 2002.

Apuração

Para combater a corrupção no país – um dos crimes que abastecem a lavagem de dinheiro –, Tuma apresentou projeto que torna mais rápido e eficiente o processo administrativo de apuração de denúncias contra funcionários públicos (PLS 303/04). De acordo com o texto, o processo administrativo poderá ser abastecido com provas colhidas em ação criminal instaurada para investigar o mesmo caso. Assim, o presidente da comissão encarregada do processo administrativo terá acesso às provas penais, o que pode apressar a punição do servidor corrupto.

– Muitos processos de demissão de funcionário por desvio de conduta ficam paralisados pela demora na obtenção de provas – lembrou Tuma. Para reforçar a importância do combate à corrupção, ele informou que estudo do Banco Mundial mostra que metade das empresas consultadas pagou propina a funcionário público.



"DESPREZO" José Jorge: governo ignora projeto que tramita no Congresso sobre gestão das agências

relegado a segundo plano. Aqui devem ser travados os debates sobre o modelo das agências reguladoras, essas instituições que marcaram um novo paradigma na administração pública – frisou.

Segundo o senador, se ocorrer o desmonte da Anatel, “a sanha governista acabará por atingir todo o sistema regulatório, desmontando a modernização do Estado iniciada com Fernando Henrique Cardoso”.

– O Parlamento não pode ser

Gerardo Magela



COMEMORAÇÃO Sessão do Plenário contou com a presença de representantes da comunidade judaica e autoridades

Senado lembra centenário da imigração judaica no RS

Sérgio Zambiasi afirma que judeus conquistaram respeito e reconhecimento na terra que os acolheu

Por requerimento de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o Senado homenageou ontem o centenário da imigração judaica no estado do Rio Grande do Sul. Segundo o senador, falar dessa colonização é fazer uma ode à vitória do progresso sobre o comodismo e as dificuldades, bem como à luta vitoriosa da justiça e da liberdade sobre a intolerância e o desrespeito.

Presidindo a sessão, o 2º vice-presidente, senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), chamou para compor a Mesa o rabino Henry Sobel; a embaixadora de Israel no Brasil, Tzipora Rimon; e a presidente da Federação Israelita do Rio Grande do Sul, Matilde Groisman Gus. Além dos senadores, autoridades e amigos da comunidade judaica estiveram

presentes à sessão.

Zambiasi disse que o começo sistemático e permanente da imigração israelita para o Rio Grande do Sul teve início em 1904, com a chegada de 38 famílias que fugiram das tensões raciais e políticas da Rússia imperial. No Brasil elas buscavam uma promessa de vida, pois no governo dos dois últimos czares a situação dos judeus sofreu gradativa deterioração, acrescentou.

Segundo o senador, as levadas subsequentes de imigrantes judeus e seus descendentes conquistaram lugar de respeito e reconhecimento na terra que os acolheu. Hoje, a comunidade conta com 13 mil imigrantes representados pela Federação Israelita do Rio Grande do Sul. Ao todo, são 11 sinagogas em funcionamento no estado.

Contribuição

Em homenagem ao centenário, continuou Zambiasi, o governador Germano Rigotto "lançou as bases de amplo leque de atos solenes no Palácio Piratini, na Assembléia Legis-

lativa e na Câmara Municipal de Porto Alegre", bem como da realização de exposições, concertos musicais, projetos pró-memória e atividades ecológicas. O governo federal, por sua vez, emitiu um carimbo comemorativo dos Correios.

Ao lembrar que ele mesmo é descendente de imigrantes italianos, Zambiasi afirmou que o Rio Grande do Sul valoriza sua história.

– Somos italianos, alemães, israelitas, árabes, libaneses. Somos portugueses, espanhóis e africanos. Somos cristãos, muçulmanos e judeus, um povo irmanado por laços de solidariedade, respeito e fraternidade.

Em apartes, Romeu Tuma (PFL-SP) e Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltaram a relevância da contribuição judaica para o Brasil. Para Marco Maciel (PFL-PE), os judeus foram fundamentais na definição da identidade brasileira como pátria de todos os povos, irmanados por sentimentos de paz, justiça e tolerância.

Semana do Servidor tem ampla programação

A Semana do Servidor, que se comemora este ano entre os dias 25 e 29 de outubro, conta com atrações para os gostos mais variados. Alguns eventos se estendem até o mês de novembro.

Os funcionários do Poder Legislativo podem desfrutar de movimentada programação desenvolvida pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Sindicato dos Servidores do Legislativo (Sindilegis). Estão sendo realizadas palestras sobre

diversos assuntos, como beleza, sexualidade, paranormalidade, além de cursos de arte, iquebana e autoconhecimento.

Arte

Os servidores podem, por exemplo, acompanhar neste período a "2ª Mostra de Arte do Legislativo", promovida pelos próprios funcionários, participar de oficina de fotografia, competir em um campeonato de xadrez ou assistir a palestras sobre paranormalidade e fotografia. Também está em curso um torneio de futebol.

O objetivo do Sindilegis ao apoiar essas iniciativas é ressaltar a importância do funcionalismo público para o fortalecimento da democracia e resgatar e aumentar a auto-estima dos servidores.

Ontem à noite, seria realizado um jantar de confraternização dos servidores na churrascaria Spettus Steak House. Durante o jantar, haveria um sorteio, entre os filiados do Sindilegis, de passagem e hospedagem para um fim de semana no Rio de Janeiro e de aparelhos de DVD.

Maciel quer Frei Caneca no Livro dos Heróis da Pátria

O nome de Frei Caneca, líder do movimento republicano Confederação do Equador, ocorrido em 1824, será inscrito no *Livro dos Heróis da Pátria*, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves, em Brasília, se o Congresso Nacional aprovar projeto de lei apresentado no último dia 22 pelo senador Marco Maciel (PFL-PE).

Para o senador pernambucano, a memória de Frei Caneca merece ser imortalizada no livro, ao lado do nome de d. Pedro I, "sob as ordens de quem foi submetido à pena capital em 13 de janeiro de 1825, por sua participação no movimento político conhecido por Confederação do Equador, cujos ideais encontram-se consagrados na História do Brasil e de Pernambuco".

Segundo Marco Maciel, a inscrição do nome do frei no *Livro dos Heróis da Pátria* seria, ao mesmo tempo, uma reparação ao líder pernambucano e o reconhecimento do Congresso Nacional a um verdadeiro herói.

– Seria também um reforço ao reconhecimento de que a



J. Freitas

GRATIDÃO Marco Maciel argumenta que proposta é uma reparação ao líder da Confederação do Equador

forma republicana de governo, sob cuja denominação o Estado brasileiro juridicamente se autodefine, soberanamente, desde os atos de 1891, é a forma consagrada e duradoura sob a qual o Brasil se estrutura institucionalmente e da qual esta Casa é também guardiã – argumenta ele.

Para Maciel, ninguém foi mais republicano do que Frei Caneca, que morreu "como verdadeiro mártir".

– Não estamos fabricando heróis, mas reconhecendo a condição de herói a uma pessoa que colocou seus ideais acima de tudo, inclusive a própria vida, no caso de Caneca.

Célio Azevedo



EMPENHO Edison Lobão elogia realizações do ex-senador Carlos Wilson à frente da empresa

Importância da Infraero é destacada por Edison Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) fez ontem um reconhecimento público da importância da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e da competência do ex-senador pernambucano Carlos Wilson, que a preside desde janeiro de 2003.

– Um e outro se completam

e é por isso que ali se realiza um trabalho extraordinário – declarou.

Lobão disse que a presença da Infraero está se tornando cada vez mais forte no território nacional, principalmente com o impulso às reformas nos aeroportos. Ele lembrou o contentamento popular com a reforma do Aeroporto Marechal Cunha Machado, em São Luís (MA), "uma obra que praticamente transformou velhos casarões e antigas pistas em construções modernas, seguras e confortáveis".

O senador creditou a Carlos Wilson o mérito pela modernização da infra-estrutura aeroportuária, "já ressaltado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em recente congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagem (Abav)". Diante da experiência acumulada pelo parlamentar em várias funções, Lobão afirmou que não se surpreende com o seu dinamismo à frente da Infraero. Heráclito Fortes (PFL-PI) e Romeu Tuma (PFL-SP) endossaram, em apartes, o elogio a Carlos Wilson.